

Projeto de lei que capitaliza o BRB pode ser sancionado hoje

Governador do DF aguarda pareceres técnicos para decidir

Por Isabel Dourado

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), deve sancionar nesta terça-feira (10) o projeto de lei 2.175/26 que permite o uso de bens públicos para reforçar o caixa do Banco de Brasília (BRB) diante de prejuízos nos negócios com o Banco Master. O projeto foi aprovado pelos deputados distritais na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) na última terça-feira (3), por 14 votos a 10, em primeiro turno. O governador aguarda pareceres técnicos da Casa Civil e da Secretaria de Economia do Distrito Federal. A expectativa do governo é que após o envio dos documentos, o projeto seja sancionado. Parlamentares da oposição manifestaram contrariedade diante da pressão para a votação do projeto de lei. Eles também criticam a falta de transparência e de informações detalhadas do tamanho do déficit e sobre os critérios de precificação dos terrenos oferecidos como garantia.

O deputado distrital Fábio Félix (PSOL) apresentou uma representação ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) pedindo a investigação do projeto de lei. Segundo o deputado, a medida pode provocar riscos ao patrimônio público e a situação fiscal da capital. O pedido foi encaminhado à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep). Na representação os bens públicos avaliados em R\$



Joedson Alves/Agência Brasil

Parlamentares da oposição manifestaram contrariedade ao projeto

6,5 bilhões entram em questionamento por falta de documentos. O deputado Fábio Félix também aponta que a documentação apresentada pelo governo para justificar a inclusão dos imóveis na proposta estaria incompleta. Ele afirma que faltam certidões de matrículas atualizadas, além de plantas e memoriais georreferenciados das áreas.

O documento também aponta a ausência de laudos de avaliação independentes que indiquem o valor real de mercado de cada propriedade. Em alguns casos, ainda de acordo com a representação, os imóveis possuem restrições legais ou es-

tariam ocupados por órgãos públicos, o que poderia dificultar sua utilização. Outro ponto citado é a falta de estimativas detalhadas de impacto orçamentário relacionadas à medida.

O parlamentar se manifestou sobre a representação nas redes sociais. "São várias as irregularidades dessa lei, aprovada a toque de caixa com nosso voto contrário: o governo enviou documentos incompletos sobre os imóveis, muitos deles em uso por serviços públicos. Também não conseguiu provar se essa proposta cumpre as regras fiscais. Nosso objetivo é proteger o patrimônio do DF e evitar prejuízos perma-

nentes aos cofres públicos."

A bancada do PT já tinha entrado com uma ação no Ministério Público do Distrito Federal contra o projeto na última quinta-feira (5). A Consultoria da Câmara Legislativa elaborou um estudo examinando a proposta que foi entregue ao procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, pelo presidente do PT, Guilherme Sigmaringa, e pelo deputado Gabriel Magno (PT). O estudo aponta que o projeto não quantifica o montante efetivo dos aportes pretendidos e não apresenta avaliação do valor econômico dos bens públicos passíveis de transferência.

DF: uma prisão a cada 1,5 hora por violência doméstica

O Distrito Federal registrou 5.588 prisões em flagrante por violência doméstica em 2025, o que representa a média de uma detenção a cada uma hora e meia. Os dados constam no levantamento da Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF), que contabilizou 23.066 ocorrências de agressões contra mulheres no período.

O estudo, elaborado pela Subsecretaria de Gestão da Informação, consolida informações detalhadas sobre o perfil das vítimas, características dos autores e as circunstâncias predominantes dos casos registrados na capital.

A análise indica que os finais de semana concentram 36% das ocorrências, com incidência maior à noite.

O domingo destaca-se como o dia da semana com maior frequência de casos, reunindo 19% dos registros.

O estudo aponta que a residência familiar permanece como o local de maior vulnerabilidade, sendo o palco de 69,4% dos episódios.

Em relação à tipificação, a agressão psicológica foi a mais recorrente, presente em 77% das queixas, enquanto a violência física foi identificada em 29,3% dos boletins de ocorrência analisados.

Quanto ao perfil das vítimas, a maior concentração de agressões atinge mulheres entre 18 e 39 anos. O grupo de 18 a 29 anos representa 32,3% do total, seguido pela faixa de 30 a 39 anos, com 30,9% dos registros.

Todos os casos tiveram autoria identificada, somando 20.160 agressores distintos. Deste montante, 89,5% são homens (18.036 indivíduos) e 10,5% são mulheres (2.124 pessoas).

O relatório também mapeou a repetição de episódios: das 20.572 vítimas no ano, 2.628 (ou 12,8%) registraram duas ou mais ocorrências, evidenciando a persistência do ciclo de violência.

Houve aumento de 17,3% no descumprimento de medidas protetivas ante 2024.

A SSP-DF utiliza o monitoramento tecnológico via Dispositivo de Proteção à Pessoa (DPP) e o Viva Flor. Atualmente, o DPP monitora 627 pessoas, enviando alertas imediatos em caso de aproximação proibida. Já o Viva Flor possibilita o socorro em situações de risco, atendendo 1.734 mulheres.

DF: alunos da rede pública participam de evento sobre educação financeira

Mais de mil alunos participaram, na segunda-feira (9), da 3ª edição do Futuro em Conta, workshop de educação financeira realizado pela Secretaria da Juventude (Sejuve-DF) em parceria com a Voga Investimentos.

A atividade apresentou noções de planejamento de gastos, organização de orçamento e uso consciente do dinheiro. A programação reuniu participantes de escolas do Distrito Federal para discutir temas ligados à administração de recursos no dia a dia.

Durante o encontro, a equipe responsável explicou conceitos básicos de controle de despesas, definição de metas e acompanhamento de receitas, com exemplos próximos da realidade dos participantes. Também foram apresentados tipos de aplicações vol-



Divulgação/Sejuve-DF

Projeto orientou mais de mil jovens sobre finanças pessoais

tadas para iniciantes. Entre elas, estão Tesouro Selic, CDB, LCI, LCA e poupança.

Os instrutores detalharam como funcionam essas modalidades e o processo de investimento, em que o aplicador empresta va-

lores ao governo ou a instituições bancárias por um período e recebe a quantia posteriormente com acréscimo de juros.

O conteúdo incluiu ainda orientações sobre escolhas de consumo, planejamento para ob-

jetivos futuros e formas de evitar endividamento.

A proposta foi mostrar caminhos para administrar recursos desde cedo e incentivar decisões econômicas mais planejadas. Com a realização desta edição, o Futuro em Conta já alcançou mais de 2 mil participantes da rede de ensino do DF.

De acordo com a Sejuve, a iniciativa busca ampliar o acesso a informações relacionadas à gestão do dinheiro e estimular autonomia na tomada de decisões.

A Voga Investimentos contribuiu com o apoio técnico e o material didático utilizado. Profissionais da empresa conduziram as atividades e apresentaram exemplos práticos para facilitar a compreensão dos conceitos discutidos durante o encontro.